

Câmbio Spot		22/Fev
USD/AKZ	212,275	
EUR/AKZ	261,650	
NAD/AKZ	18,102	
EUR/USD	1,2324	
GBP/USD	1,3942	
USD/IPY	107,5200	
USD/ZAR	11,7363	

PRIVATIZAÇÕES EM BOLSA A PARTIR DE MARÇO

Venda de acções aguarda o "click"

[6-9]



INOCÊNCIO DAS NEVES
O Conselho de Governação agirá de forma reactiva e de controlo [5]



ZANELE SANNI
Executivo angolano deve estabelecer negócios de boa-fé e cumprir a responsabilidade social [18]



FERNANDA RENÉE SAMUEL
Futuro de Angola passa pela aposta séria na economia verde [24]

FILOMENO VIEIRA LOPES EM ENTREVISTA



Tenho dúvidas que o Presidente terá coragem de exigir o repatriamento de capitais a governantes

[10-12]

CONTREIRAS PIRA | EDIÇÕES NOVEMBRO

CONSULTA FISCAL

Luís Magro aborda sobre os impostos

O fiscalista José Luís Magro vai doravante responder, quinzenalmente, as perguntas dos leitores deste jornal sobre os impostos e as suas mais variadas incidências de natureza fiscal, que deverão ser remetidas através do endereço (redacaoeconomia@gmail.com). Nesta página de estréia, leia as explicações sobre o quadro regulatório em que opera o Imposto sobre o Rendimento de Trabalho. [29]



VIGAS DA PURIFICAÇÃO | EDIÇÕES NOVEMBRO

AUTARQUIAS

Receita fiscal arrecadada vai deixar 70% localmente

O 1º Conselho de Governação Local, realizado esta semana, em Benguela, marcou o início da nova fase de implementação das Autarquias em Angola. O Presidente da República, João Lourenço, que preside o órgão, aproveitou a ocasião para dar a conhecer que 2018 e 2019 serão anos cruciais na criação de condições para as Eleições Autárquicas, que deverão acontecer ainda antes de 2022. Na reu-

nião de Benguela, os governadores provinciais, ministros, secretários do PR e o Vice-presidente da República tomaram contacto com a proposta conjunta dos ministérios das Finanças e o do Território e Reforma do Estado sobre o financiamento do Poder Local, que prevê transferir para os municípios 70 por cento dos impostos colectados e reter os 30 num Fundo de Equilíbrio do Município. [4, 5 e 15]

EMPREGO

Guiché Único cria 16 mil empresas [21]

ADJUDICAÇÃO DE OBRAS

Construtora alerta para lisura aos concursos [23]

MEDIDA

Pesca por arrasto está proibida este ano para garantir longevidade das espécies

Decreto Presidencial limita as capturas de peixe para assegurar a sustentabilidade dos recursos biológicos numa altura em que determina também o número de embarcações que poderão operar nos vários segmentos

António Eugélio

A partir deste ano fica limitada a pesca por arrasto, também designada de "banda-banda", desenvolvida em águas nacionais assim como ajustar o volume das capturas ao potencial disponível dos recursos biológicos aquáticos e da aquicultura.

O Decreto Presidencial, datado de 22 de Janeiro de 2018, onde estão expressas as medidas, diz que o projecto estabelece igualmente, as novas regras de gestão das piscarias marinhas, da pesca continental e da aquicultura.

O Decreto realça que a pesca por arrasto é uma prática realizada pela indústria do sector em todo o mundo, onde uma grande parte da rede é arrastada no fundo do oceano para recolher tudo o que estiver no "seu caminho".

Consta que pesquisas anteriores associaram o arrasto a impactos ambientais relevantes, como a captura de grandes quantidades de espécies não visadas, denominadas colectivamente de "capturas acessórias", incluindo a destruição de leitos de águas rasas.

Mais proibições

O diploma, proíbe também o trânsito e a pesca num raio de mil metros das plataformas petrolíferas em toda a costa marítima nacional, determina ainda igual tratamento para outros tipos de capturas.

Está proibida também a captura dirigida às fêmeas de lagostas e de caranguejos ovados, bem como a de moluscos e bivalves em áreas fechadas como as baías de Luanda, Lobito (Benguela), Tômbwa (Namibe) e outras áreas comprovadas de risco.

Até à realização de novos estudos determina o Decreto Presidencial é proibida a exportação de espécies de lagosta e carapau, assim como fica também proibida a "utilização de carapau, cavala e sardinha do reino para a produção de farinha de peixe".

O Decreto, assinado pelo Presidente da República, estabelece ainda períodos de proibição de pesca, sendo que nos meses de Janeiro e Fevereiro, fica vedada a pesca de camarão de profundidade.

Nos meses de Janeiro, Fevereiro e Setembro, está proibida a pesca da Gamba costeira, em toda a costa nacional, "podendo as embarcações utilizar a arte de pesca à linha ou de emalhar nos meses em que a pesca não



A pesca industrial já começa a despontar o que tem sido uma mais-valia



O DIPLOMA
NÃO ESTABELECE
QUALQUER
RESTRIÇÃO À PESCA
DA SARDINELA

5.500
EMBARCAÇÕES

Número de barcos autorizados a operarem no sector da pesca artesanal.

90

BARCOS

Quantidade de embarcações que poderão desenvolver a pesca de arte de cerco.

for efectuada".

No período entre 15 de Junho e 15 de Agosto, não é permitida a pesca do carapau em toda a costa nacional, enquanto que para o carapau foi determinado, como período de impedimento os meses de Junho, Julho e Agosto, devendo a medida ser extensiva a toda a costa angolana, com excepção da zona Sul, a partir dos 13 graus de Latitude Sul, até à fronteira marítima com a Namíbia.

O diploma não estabelece qualquer restrição à pesca da sardinha.

Embarcações

O Decreto Presidencial determina que o número de embarcações a operar em 2018 é fixado em 5.500 para a pesca artesanal, sendo que para a pesca com arte de cerco estão autorizadas apenas 90 embarcações.

A lista integra igualmente a pesca pelágica, na qual poderão ser licenciadas até 10 embarcações, pesca demersal industrial (40 embarcações), demersal semi-industrial (15), palangre (sete) e a de emalhar, com 15 embarcações.

Em Angola, estima-se que um terço da proteína animal é proveniente do pescado e que cerca de 90 por cento deste, é vendido localmente, com realce para as espécies como a sardinha, carapau, cachucho e corvina.

O país conta com uma extensão de 1.650 quilómetros de costa e 5.18.433 quilómetros quadrados de zona económica exclusiva.

RAMOS FERREIRA

GRUPO QUER TRANSPARÊNCIA NA ADJUDICAÇÃO DE OBRAS NO PAÍS

O Grupo Ramos Ferreira, que há mais de 10 anos actua em Angola, no sector da construção, telecomunicações, água e saneamento, elevadores, sistemas eléctricos, climatização e segurança, apela à transparência e lisura em concursos públicos de adjudicação de obras em Angola. Em entrevista ao *Jornal de Economia & Finanças*, a administradora geral do Grupo, Carla Ferreira, aplaudiu a abertura manifestada pelo Presidente da República, João Lourenço, no combate ao nepotismo e transparência nos negócios em Angola. "Na verdade, como angolana, estou esperançada de uma nova política do Presidente, que visa apostar seriamente na luta contra a corrupção e compadrios", disse Carla Ferreira, fazendo alusão à forma como têm sido ultimamente conduzidos os concursos para a cedência de empreitadas em Angola. "Às vezes, ouve-se falar de uma empresa tal fundamentalmente no aeroporto a fazer obras e vais para a internet não encontras nenhuma informação sobre ela, que é completamente uma aberração, já que uma empresa credível e transparente deve-se saber o seu core business, os donos e os contratos que estabeleceu", desabafou Carla Ferreira. O grupo tem um volume de obras dos contratos estabelecidos à volta dos 35 milhões de dólares. Dentre o conjunto de empreitadas em Angola, destaca-se a construção e instalações de serviços eléctricos e de climatização, projectos e consultorias a hospitais, clínicas, supermercados, condomínios, edifícios comerciais e de habitações e industriais em Luanda e Lubango (Huila). Carla Ferreira acredita que Angola

live outro momento da sua história, pelo que o sector da construção estará mais animado e apetecível para se investir, apesar das dificuldades de acesso às divisas. afirmou que têm estado a dialogar com os bancos. Desde 2014, o grupo contraiu uma dívida avultada e caso não se desbloqueie a situação, não terá mais capacidade de prosseguir com os investimentos. A também administradora geral salientou que aguarda com entusiasmo a visita prometida pelo ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, às suas instalações em Luanda. "Queremos transmitir ao senhor ministro a forma como estamos organizados e preparados para os grandes desafios de Angola, sobretudo na área da construção. Temos uma equipa com bastante experiência e capaz de apresentar obras ao padrão europeu", afirmou Carla Ferreira, para quem deve haver facilidades às empresas nacionais. Por outro lado, ela não entende as razões do porquê se recorre sempre a empresas estrangeiras para fazer obras ou fornecer produtos, quando já há no mercado empresas nacionais com capacidade de as fazer. O grupo prevê implementar um projecto ligado à agro-indústria no Cuanza Sul. Há um outro investimento para a produção de esteiras metálicas avaliado em 2 milhões de dólares a ser implementado em duas fases. O plano estratégico é a aposta contínua na formação a angolanos com envio constante de equipas ao exterior. Além de Angola, actua em Portugal, Moçambique, S.Tomé e Príncipe, Argélia, Marrocos, Argentina, Emirados Árabes Unidos e Dinamarca.



Unidade fabril localizada em Viana que faz 100 toneladas de chapas/mês